




JUSTIÇA, MEDIAÇÃO E A QUALIDADE DOS DADOS: REFLEXÕES SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS E ÉTICAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Tiago Brasileiro Araújo   
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)
Soledade, Paraíba, Brasil

Gabriela Silva Pires   
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Campina Grande, Paraíba, Brasil

RESUMO

A crescente presença da inteligência artificial nas práticas de informação tem transformado a forma como o conhecimento é produzido, mediado e utilizado, impondo novos desafios éticos e epistemológicos. Este ensaio teórico busca compreender como as dimensões de qualidade dos dados, mediação informacional e ética se entrelaçam na configuração dessas práticas, adotando uma abordagem interdisciplinar que integra fundamentos da Ciência da Informação, da Computação e da Gestão. Trata-se de um ensaio teórico de natureza interdisciplinar, fundamentado na análise crítica de literatura relevante para os temas investigados. A discussão aborda como a qualidade dos dados sustenta a confiabilidade informacional, enquanto a mediação algorítmica redefine a agência humana e institucional. Os resultados evidenciam que a inteligência artificial, embora amplie a eficiência e o alcance das decisões, reforça dilemas éticos vinculados à transparência, equidade e responsabilidade social. Conclui-se que a construção de ecossistemas digitais justos requer governança ética, práticas informacionais críticas e compromisso com a justiça de dados.

Palavras-chave: Qualidade da informação. Mediação informacional. Inteligência artificial. Ética da informação. Justiça de dados.

FAIRNESS, MEDIATION, AND DATA QUALITY: REFLECTIONS ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ORGANIZATIONAL AND ETHICAL DIMENSIONS IN INFORMATION SCIENCE

ABSTRACT

The growing presence of artificial intelligence in information practices has transformed how knowledge is produced, mediated, and used, introducing new ethical and epistemological challenges. This theoretical essay seeks to understand how data quality, informational mediation, and ethics intersect in shaping these practices, adopting an interdisciplinary approach that integrates perspectives from Information Science, Computer Science, and Management. This study is an interdisciplinary theoretical essay grounded in the critical analysis of literature relevant to the topics under investigation. The discussion examines how data quality supports informational reliability, while algorithmic mediation reshapes human and institutional agency. The findings indicate that although artificial intelligence enhances the efficiency and reach of decision-making, it also reinforces ethical dilemmas related to transparency, fairness, and social responsibility. The essay concludes that building fair digital ecosystems requires ethical governance, critical informational practices, and a sustained commitment to data justice.

Keywords: Information quality. Informational mediation. Artificial intelligence. Information ethics. Data justice.

DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/62897>

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

data-in-article – Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

Recebido em: 17/11/2025

Aceito em: 02/06/2025

Editora Chefe: Lorena Tavares de Paula 



1 INTRODUÇÃO

Em uma era em que as tecnologias orientadas por dados, a Inteligência Artificial (IA) e a tomada de decisão algorítmica mediam de forma crescente o acesso ao conhecimento, torna-se imperativo revisitar a maneira como a informação é buscada, legitimada e utilizada em ambientes digitais, nos quais mecanismos automatizados influenciam sua visibilidade, circulação e credibilidade.

As Práticas de Informação oferecem uma lente para compreender essas dinâmicas, não como atos isolados de recuperação de informação, mas como atividades situadas socialmente, mediadas tecnologicamente e carregadas de implicações éticas.

Este ensaio teórico discute criticamente as inter-relações entre qualidade dos dados, mediação informacional e dimensões éticas e organizacionais no contexto da IA buscando compreender como esses elementos moldam as práticas de informação contemporâneas na Ciência da Informação. Assim, explora três temas interconectados que refletem desafios e transformações atuais no panorama das práticas de informação: (1) a qualidade dos dados como elemento fundamental das práticas de informação; (2) a mediação dessas práticas pela IA; e (3) preocupações éticas e de justiça em ambientes orientados por dados.

Ao longo da discussão, torna-se evidente que as práticas de informação estão entrelaçadas aos processos de gestão e à dinâmica das decisões organizacionais. A interlocução entre Ciência da Informação e Gestão amplia essa compreensão, permitindo ver a informação não apenas como recurso cognitivo, mas como ativo estratégico que sustenta governança, inovação e responsabilidade institucional.

Com base nos fundamentos teóricos apresentados por Case e Given (2016) em *Looking for Information*, o tópico dois deste ensaio investiga o papel crítico da qualidade dos dados na forma como indivíduos e organizações se engajam com a informação. Em vez de tratar necessidades de informação ou comportamentos de busca como categorias estáveis, essa perspectiva enfatiza como a confiabilidade, a completude e a consistência dos dados influenciam diretamente os resultados informacionais. Nesse contexto, um estudo empírico de Khong *et al.* (2023), ao analisar organizações intensivas em informação de

diferentes setores, evidencia que a qualidade dos dados afeta a precisão, a confiabilidade e a pontualidade das decisões. Esses achados consolidam a qualidade da informação como determinante prático e estratégico da eficácia decisória e do desempenho institucional.

A partir disso, o tópico três analisa como as tecnologias de IA, que vão desde sistemas de recomendação até grandes modelos de linguagem, redefinem a agência informacional e transformam as condições sob as quais a informação é acessada, interpretada e utilizada. O trabalho de Haider e Sundin (2022) evidencia essa tensão entre automação e engajamento crítico nos ecossistemas digitais, enquanto Rahate *et al.* (2025) mostram que, em contextos organizacionais, a incorporação da IA à tomada de decisão estratégica reconfigura o papel humano e impõe novos desafios éticos e de responsabilidade.

Por fim, o tópico quatro discute ética, justiça e inclusão nas práticas informacionais orientadas por dados, analisando como sistemas algorítmicos e infraestruturas de dados podem perpetuar vieses, obscurecer responsabilidades e excluir vozes marginalizadas (Araújo; Efthymiou; Stefanidis, 2025). A Gestão do Conhecimento Pessoal (Pauleen; Gorman, 2011) acrescenta uma dimensão crítica ao mostrar que o conhecimento é sempre contextualizado e socialmente validado, levantando questões sobre quem o define e operacionaliza em ambientes digitais. Nessa perspectiva, Maiti, Kayal e Vujko (2025) apontam que a adoção da IA em negócios traz desafios éticos concretos, como privacidade, viés, responsabilidade e transparência, que exigem diretrizes e governança eficazes. Norton (2025) complementa ao defender que ética e desempenho podem coexistir quando integrados estrategicamente à cultura organizacional.

Deste modo, a efetividade das práticas informacionais não se limita à precisão dos dados ou à sofisticação dos sistemas, mas à capacidade de alinhar conhecimento, tecnologia e ética em um mesmo horizonte epistemológico (Yang, 2024). Portanto, esta discussão reforça que a transformação digital exige não apenas infraestrutura e automação, mas também uma cultura informacional crítica, capaz de sustentar decisões justas, transparentes e orientadas ao bem comum.

Do ponto de vista metodológico, este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico de natureza interdisciplinar, fundamentado na análise crítica de

literatura selecionada por sua relevância conceitual para os temas abordados. A identificação das obras foi conduzida por meio de busca exploratória em fontes científicas da Ciência da Informação, Computação, Gestão e áreas correlatas, complementada pela técnica de *snowballing*, com a análise de referências e citações de trabalhos considerados centrais para a discussão. A literatura selecionada foi utilizada não com o propósito de esgotar o estado da arte, mas de sustentar uma reflexão crítica acerca das inter-relações entre qualidade dos dados, mediação informacional, IA e justiça de dados, permitindo a construção de um diálogo teórico entre diferentes perspectivas e campos do conhecimento.

Em conjunto, os temas discutidos propõem uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre a forma como as práticas de informação se transformam diante da automação, da governança algorítmica e das novas dinâmicas organizacionais baseadas em dados. Ao combinar fundamentos conceituais da Ciência da Informação com perspectivas da Computação e da Gestão, o ensaio destaca que as oportunidades abertas pela IA coexistem com desafios éticos e epistemológicos que exigem abordagens reflexivas e responsáveis.

2 A QUALIDADE DOS DADOS COMO FUNDAMENTO DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

No estudo das práticas de informação, a qualidade dos dados emerge como um fator crítico que molda como indivíduos e organizações acessam, interpretam e utilizam informações. Longe de constituírem artefatos neutros, os dados são produzidos e aplicados em contextos sociais e organizacionais. Como destacam Case e Given (2016), informação não é sinônimo de dado; trata-se do resultado de um processo no qual os dados são filtrados, contextualizados e transformados em algo significativo para uma tarefa ou necessidade específica. Assim, dados de baixa qualidade comprometem a confiabilidade das decisões e corroem a legitimidade das práticas informacionais.

Essa transformação é condicionada pela qualidade dos dados, pelo contexto de uso e pelas competências dos indivíduos envolvidos. Pauleen e Gorman (2011) reforçam esse ponto ao afirmar que as práticas de conhecimento pessoal e organizacional estão fundamentadas na

confiabilidade e credibilidade das informações disponíveis. Quando os dados são inconsistentes, imprecisos ou desatualizados, toda a base do trabalho com conhecimento torna-se instável.

Portanto, mais do que um atributo técnico, a qualidade dos dados é uma condição estratégica e ética para o sucesso das práticas informacionais (Araújo *et al.*, 2025). Em domínios como saúde, educação e governança, decisões baseadas em dados de baixa qualidade podem resultar em ineficiências ou perda de confiança (Araújo; Efthymiou; Stefanidis, 2025).

Essa compreensão pode ser ampliada pelas contribuições de van Dijck (2014), ao discutir a dataficação como o processo pelo qual ações sociais, interações e comportamentos são transformados em dados quantificáveis, rastreáveis e passíveis de análise preditiva. Para a autora, esse processo não é neutro, pois se apoia em pressupostos ontológicos e epistemológicos que tendem a tratar os dados como representações objetivas da realidade. Nesse contexto, a ideologia do dataísmo expressa a crença de que grandes volumes de dados seriam capazes de revelar padrões sociais de forma mais precisa e confiável do que outros modos de conhecimento. Essa perspectiva tensiona o debate sobre a qualidade dos dados ao evidenciar que critérios técnicos, embora necessários, não são suficientes para compreender os contextos, interesses e mediações envolvidos na produção e interpretação dos dados.

A qualidade dos dados não é uma propriedade singular ou absoluta, mas um constructo multifacetado composto por diversas dimensões inter-relacionadas. McGilvray (2021) desenvolveu um *framework* em dez etapas para projetos de qualidade de dados, que são: (1) definição das necessidades do negócio e da abordagem do projeto; (2) análise do ambiente informacional; (3) avaliação da qualidade dos dados; (4) avaliação dos impactos da qualidade dos dados sobre o negócio; (5) identificação das causas-raiz dos problemas; (6) desenvolvimento de planos de melhoria; (7) prevenção de erros futuros; (8) correção dos erros existentes; (9) implementação de controles; e (10) comunicação das ações e resultados. No âmbito desse *framework*, o autor identificou seis dimensões-chave da qualidade dos dados (acurácia, completude, consistência, atualidade, validade e unicidade), utilizadas, segundo o autor, como critérios para avaliar a confiabilidade dos dados em relação ao seu propósito informacional. Ressalta-se que, neste ensaio, a

discussão concentra-se especificamente nessas seis dimensões, por constituírem elementos centrais para compreender os impactos da qualidade dos dados nas práticas informacionais mediadas por IA.

Cada dimensão reflete um aspecto específico da confiabilidade e usabilidade dos dados e as falhas nessas dimensões, especialmente acurácia, completude e consistência, comprometem a confiabilidade e a pontualidade das decisões em organizações baseadas em informação (Khong *et al.*, 2023). A acurácia mede a fidelidade dos dados à realidade, cuja perda compromete a clareza das conclusões e a solidez das decisões (Christen, 2012). A completude diz respeito à presença de todos os elementos de dados necessários; valores ou campos ausentes podem obscurecer o significado, ou tornar os dados inutilizáveis (Araújo *et al.*, 2025). A consistência assegura uniformidade dos dados entre sistemas e, ao longo do tempo, evita conflitos ou contradições (Wang, 2002). A atualidade, por sua vez, destaca a importância de a informação estar atualizada, pois dados obsoletos podem não refletir mais as condições ou necessidades vigentes (Khong *et al.*, 2023). A validade verifica se os dados estão em conformidade com formatos ou regras de negócio definidos, enquanto a unicidade evita duplicações, garantindo que cada entidade ou evento seja representado apenas uma vez (Christen, 2012).

Do ponto de vista das práticas de informação, essas dimensões refletem experiências vividas de confiança e credibilidade. Intezari, Taskin e Pauleen (2017) enfatizam que indivíduos e organizações dependem de informações adequadas ao propósito, em consonância com McGilvray (2021), que defende a definição contextual da qualidade dos dados. A qualidade, portanto, não é universal, mas depende de como os dados serão usados. Por exemplo, um conjunto de dados com pequenas inconsistências pode ser aceitável para uma análise exploratória, mas inadequado para relatórios regulatórios.

Khong *et al.* (2023) afirmam que organizações intensivas em informação se destacam por sua capacidade de coletar e interpretar grandes volumes de dados, mas o valor estratégico desses processos depende essencialmente da qualidade dos dados. Em ambientes de negócios dinâmicos, decisões baseadas em dados confiáveis tornam-se decisivas para melhorar o desempenho, reduzir custos e sustentar a vantagem competitiva.

Nesse sentido, a qualidade dos dados é moldada tanto por padrões técnicos quanto por práticas humanas e prioridades institucionais. Em contextos corporativos, ela está associada à eficiência operacional, à conformidade regulatória e à confiança institucional (Soleimani *et al.*, 2024). Vevera e Rădoi (2025) acrescentam que assegurar qualidade requer processos contínuos de coleta, verificação e armazenamento, pilares da confiabilidade e relevância da informação em ambientes orientados por IA.

McGilvray (2021) enfatiza a importância de definir claramente funções e responsabilidades, promover a comunicação entre departamentos e alinhar iniciativas de dados com os objetivos do negócio. Essas práticas ajudam a criar uma cultura em que a qualidade não é um elemento secundário, mas um componente integral das operações diárias. Em setores como saúde ou finanças, por exemplo, um único erro de dado pode gerar consequências de longo alcance, tornando a gestão proativa da qualidade essencial não apenas para a eficiência, mas também para a responsabilidade e a ética (Pitoura; Stefanidis; Koutrika, 2022).

Case e Given (2016) ressaltam que o comportamento informacional é situado, pois a relevância e a confiabilidade das informações variam conforme papéis, contextos e necessidades. Em decisões complexas, a interpretação e validação dos dados recaem sobre o indivíduo, e a ausência de controles de qualidade pode gerar sobrecarga cognitiva, erros ou dependência de heurísticas. Assim, contextos organizacionais e individuais moldam conjuntamente como a qualidade dos dados é percebida e aplicada.

Essas perspectivas ilustram que a qualidade dos dados não se resume a uma questão de “bons” ou “maus” dados, mas de alinhamento entre características dos dados e expectativas dos usuários. Um conjunto de dados pode ser considerado de alta qualidade em um contexto e inadequado em outro. Reconhecer essas nuances permite que organizações adaptem suas iniciativas de qualidade a casos de uso reais e capacita indivíduos a avaliarem criticamente as informações de que dependem.

Gerir a qualidade dos dados requer metodologias estruturadas e compreensão dos contextos em que são produzidos e utilizados. O *framework Ten Steps to Quality Data and Trusted Information*, de McGilvray (2021), destaca que a qualidade resulta de planejamento e governança deliberados, não

sendo um subproduto da coleta. Suas etapas envolvem definir necessidades do negócio, avaliar o estado dos dados, medir qualidade, implementar melhorias e garantir sustentabilidade. McGilvray (2021) também enfatiza a importância de engajar toda a organização, promover comunicação e alinhar metas de qualidade aos objetivos institucionais.

De modo mais amplo, essa abordagem orientada a processos mostra-se especialmente relevante em ambientes organizacionais onde os dados apoiam decisões complexas e exigências de conformidade (Norton, 2025). Ao incorporar pontos de verificação de qualidade nos fluxos de trabalho, as organizações podem reduzir erros, aumentar a transparência e cultivar um senso compartilhado de responsabilidade pela integridade de seus sistemas de informação (Yang, 2024). Além disso, o *framework* reforça a ideia de que a qualidade deve ser definida em contexto: o que constitui dados "suficientemente bons" varia conforme o propósito, os usuários e as consequências de sua aplicação (McGilvray, 2021).

No entanto, à medida que os sistemas de informação incorporam cada vez mais abordagens de IA e aprendizado de máquina (*Machine Learning*), os desafios para garantir a qualidade dos dados tornam-se tanto mais técnicos quanto mais urgentes. Jain *et al.* (2020) argumentam que modelos de aprendizado de máquina são particularmente sensíveis a imperfeições nos dados de entrada. Questões como ruído, valores ausentes, redundância e desbalanceamento de classes podem distorcer significativamente as saídas dos modelos, resultando em previsões imprecisas ou decisões enviesadas. Isso é especialmente problemático em domínios de alto impacto, como saúde, contratação e análise de crédito, nos quais os dados de treinamento frequentemente refletem desigualdades históricas ou representações incompletas de populações diversas.

Nessa perspectiva, dimensões como acurácia, completude e consistência não devem ser compreendidas apenas em termos operacionais. Como argumenta van Dijck (2014), dados e metadados são produzidos em ecossistemas sociotécnicos permeados por plataformas, instituições e lógicas algorítmicas que influenciam o que pode ser mensurado, legitimado e utilizado como conhecimento.

A baixa qualidade dos dados em sistemas de *machine learning* vai além de um problema técnico, tornando-se uma questão ética e epistemológica. Dados falhos em modelos de “caixa-preta” comprometem a confiabilidade das saídas e ocultam a origem dos erros. Esse fenômeno de “*garbage in, algorithm out*” expõe a falsa suposição de objetividade dos dados. Como destacam Case e Given (2016), a informação é sempre situada e moldada por seu contexto; ignorar a qualidade na origem gera efeitos problemáticos tanto em sistemas de IA quanto em decisões humanas.

Integrar o *framework* estruturado de McGilvray (2021) com os *insights* do aprendizado de máquina evidencia a natureza dual da qualidade dos dados: exige tanto rigor na gestão de processos quanto consciência crítica das dependências algorítmicas. Garantir qualidade não se limita a corrigir erros, mas a antecipar consequências em sistemas automatizados e opacos, configurando um esforço estratégico e interdisciplinar entre dimensões humanas, organizacionais e técnicas. Nessa linha, Vevera e Rădoi (2025) ampliam a discussão ao destacar que a proteção e integridade dos dados envolvem também gestão de acessos, confidencialidade e conformidade ética, sustentando estruturas empresariais inovadoras e socialmente responsáveis.

Em síntese, a qualidade dos dados constitui o alicerce das práticas informacionais contemporâneas, ultrapassando a dimensão técnica para integrar-se a princípios éticos e organizacionais que sustentam a confiança e a legitimidade das decisões. Suas múltiplas dimensões, ainda que mensuráveis, são sempre situadas e influenciadas por normas sociais, objetivos institucionais e valores culturais. À medida que os sistemas de informação passam a operar sob mediação crescente da IA e do aprendizado de máquina, os desafios de garantir qualidade tornam-se mais complexos e interdependentes. Nesse contexto, assegurar dados precisos e contextualmente válidos deixa de ser apenas uma exigência de eficiência e passa a representar um compromisso com a justiça, a responsabilidade e a sustentabilidade informacional. Neste sentido, a próxima seção é dedicada a discutir a IA como mediadora das práticas de informação e os novos dilemas éticos e epistemológicos que ela introduz.

3 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A MEDIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE INFORMAÇÃO

A IA integra-se cada vez mais às práticas informacionais, transformando como as pessoas buscam, interpretam e utilizam a informação. Longe de neutros, os sistemas de IA mediam o fluxo, a forma e a legitimidade do que é informado. Como observam Case e Given (2016), as práticas informacionais são sociais e interpretativas, e a IA lhes acrescenta novas camadas de complexidade ligadas à agência, autoridade e confiança.

No âmbito organizacional, a IA redefine processos gerenciais e decisórios, integrando análise preditiva, automação e interpretação de grandes volumes de dados (Rahate *et al.*, 2025). Grandes corporações, como *Amazon*, *Google* e *Tesla*, utilizam-na para aprimorar eficiência e inovação, enquanto pequenas empresas a adotam para competir em mercados voláteis. Essa transformação, como destacam Băbeanu e Mareş (2025), amplia o acesso em tempo real à informação, promove alto desempenho e favorece novos modelos de negócio, fortalecendo a competitividade.

A mediação informacional promovida pelos sistemas de IA ocorre em múltiplos níveis (cognitivo, social e organizacional) ao integrar tecnologia, informação e estratégia. O conceito de mediação, portanto, torna-se essencial para compreender como as infraestruturas tecnológicas moldam a informação. Em vez de atuarem como condutos neutros, as tecnologias digitais estruturam o que é visível, acessível e priorizado.

Essa compreensão pode ser aprofundada a partir da noção de “novo regime global de mediação da informação”, proposta por Bezerra (2017). O autor argumenta que as redes digitais deslocam a mediação informacional de um modelo centrado em editores, produtores e instituições tradicionais para formas algorítmicas de mediação, aparentemente tecnológicas, mas concebidas por grandes plataformas, alimentadas pelos dados dos usuários e orientadas por interesses econômicos e políticos. Nesse regime, a circulação, o acesso e o uso da informação passam a ser mediados por mecanismos de vigilância, filtragem e personalização, que redefinem a visibilidade dos conteúdos e condicionam as experiências informacionais dos sujeitos. Essa perspectiva amplia a discussão sobre IA ao evidenciar que a mediação algorítmica não apenas organiza fluxos informacionais, mas participa da

constituição de regimes sociotécnicos de poder, controle e legitimação da informação (Bezerra, 2017).

Soleimani *et al.* (2024) destacam que indivíduos e organizações navegam pela informação a partir de práticas influenciadas por contexto, hábitos e normas compartilhadas. Nesse ambiente, ferramentas de IA, como buscadores, sistemas de recomendação e modelos generativos, orientam a atenção e a tomada de decisão, ao mesmo tempo em que ocultam sua própria lógica de funcionamento.

Haider e Sundin (2022) oferecem uma expansão crítica dessa noção ao enfatizar a natureza paradoxal da literacia midiática e informacional na era dos sistemas algorítmicos. Por um lado, tecnologias baseadas em IA prometem personalização, conveniência e eficiência. Por outro, obscurecem os fundamentos epistêmicos da informação ao introduzir mecanismos opacos de filtragem e ranqueamento. Esse paradoxo (entre empoderamento e automação, agência e controle) coloca os usuários em uma posição ambígua, frequentemente dependentes de sistemas cujo funcionamento não compreendem. Como argumentam Haider e Sundin (2022), a “crise da informação” não diz respeito apenas à quantidade ou à veracidade, mas às bases mutáveis da credibilidade e da confiança em um mundo cada vez mais mediado por agentes não humanos.

No plano organizacional, os efeitos dessa mediação algorítmica tornam-se ainda mais complexos, estendendo-se para decisões estratégicas e estruturas corporativas. Enquanto Rahate *et al.* (2025) destacam o papel da IA na geração de *insights* e na automatização de decisões, Băbeanu e Mareş (2025) evidenciam que a adoção dessas tecnologias desencadeia transformações estruturais mais amplas nas organizações, redefinindo processos, modelos de operação e formas de adaptação. Segundo os autores, a IA vem assumindo papel estratégico ao ir além da automação, tornando-se elemento central na reconfiguração dos negócios.

Essa transformação demanda adaptação contínua e desafia modelos operacionais e sistemas de informação. A incorporação da IA redefine a dinâmica organizacional ao envolver múltiplos atores (clientes, fornecedores e diferentes níveis hierárquicos), mostrando que sua influência sobre informação e decisão abrange dimensões humanas e institucionais (Băbeanu; Mareş, 2025).

Compreender a IA como mediadora das práticas informacionais, portanto, requer ir além de abordagens funcionais ou tecnológicas, refletindo criticamente sobre como esses sistemas estruturam o conhecimento, definem o que é visível e moldam o sentido de autoridade e valor nos ambientes informacionais. Essa discussão possibilita examinar as experiências cotidianas e as implicações éticas e epistemológicas das práticas mediadas por IA.

Um exemplo concreto dessa mediação é apresentado por Trindade e Oliveira (2024), que analisaram o uso de ferramentas de IA generativa em contextos acadêmicos, comparando *ChatGPT* e *Perplexity AI*. Embora ofereçam suporte à escrita e à busca informacional, ambos exibem limitações quanto à precisão, ética e confiabilidade. Foram observados problemas como referências inexistentes, riscos de plágio e vieses algorítmicos, mais evidentes no *ChatGPT*, enquanto o *Perplexity AI* mostrou maior transparência na indicação de fontes. Os autores argumentam que o uso responsável dessas ferramentas requer competências informacionais críticas para avaliar, validar e aplicar eticamente a informação gerada, evidenciando como a mediação algorítmica impacta a qualidade e a justiça informacional. Essa discussão se amplia quando observamos práticas criativas e cotidianas, nas quais sistemas generativos de IA moldam a forma como indivíduos interagem, aprendem e produzem conhecimento.

Zhang *et al.* (2024) mostram que usuários leigos, ao utilizarem IA em processos criativos como a pintura digital, percebem-na não apenas como ferramenta, mas como agente colaborativo ou coautor, capaz de expandir a imaginação e inspirar novas direções. Contudo, essa colaboração revela tensões entre agência e controle, uma vez que a opacidade dos algoritmos dificulta rastrear significados e atribuir responsabilidades. Haider e Sundin (2022) interpretam tais sistemas como “caixas-pretas” que colocam o usuário entre empoderamento e limitação, comprometendo a compreensão plena dos resultados e deslocando as bases de confiança identificadas por Case e Given (2016). Assim, a confiança nas interações mediadas por IA torna-se mais afetiva do que analítica, sustentada na familiaridade com o sistema, e não em processos críticos de validação.

Práticas informacionais pessoais são moldadas por contexto, motivação e enquadramento cognitivo. No caso da pintura com IA, Zhang *et al.* (2024)

identificam motivações que vão da curiosidade e exploração criativa à expressão emocional e terapêutica, revelando que tais práticas não são apenas técnicas, mas profundamente humanas, enraizadas em identidades e afetos. A IA, nesse sentido, atua como participante ativa na construção de significados, levantando questões sobre controle, compreensão e colaboração. Embora amplie oportunidades de expressão e eficiência, também desafia o papel do usuário como agente autônomo. Compreender essas dinâmicas é essencial para um engajamento crítico com a IA em atividades informacionais de diferentes níveis de complexidade.

Essas dinâmicas também se refletem no ambiente corporativo, onde a IA desempenha papel decisivo na transformação das estruturas organizacionais e na formulação de estratégias criativas. Vevera e Rădoi (2025) apontam que a IA vem se consolidando como tecnologia essencial ao automatizar atividades rotineiras e oferecer suporte analítico e criativo aos processos decisórios. Segundo os autores, essa incorporação vai além da simples adoção tecnológica, representando uma mudança de paradigma orientada à eficiência, à inovação e à competitividade. Ainda conforme Vevera e Rădoi (2025), a integração de áreas como aprendizado de máquina, processamento de linguagem natural, visão computacional e robótica reforça esse caráter transformador, aprimorando operações e fortalecendo a capacidade inovadora das organizações.

Apesar desse potencial transformador, a expansão tecnológica também amplia a influência dos sistemas de IA sobre o modo como a informação é produzida, filtrada e interpretada nas organizações. A partir desse ponto, emergem questões éticas associadas ao poder mediador dessas tecnologias, especialmente no que diz respeito à reprodução de estruturas e valores sociais pré-existentes (Araújo; Efthymiou; Stefanidis, 2025).

Dessa forma, fica evidente que a mediação da IA ultrapassa o nível organizacional, influenciando estruturas sociais e éticas da produção e circulação da informação. À medida que esses sistemas moldam o acesso e a interpretação dos dados, surgem preocupações éticas que vão além de vieses ou falhas técnicas, envolvendo as formas pelas quais a IA reproduz e amplifica dinâmicas de poder existentes. Attard-Frost, De Los Ríos e Walters (2023), ao revisar 47 diretrizes de ética em IA, observam que o discurso empresarial tende

a enfatizar princípios genéricos, como justiça, responsabilidade e transparência, sem propor meios concretos de aplicação. Essa lacuna evidencia uma tensão central nas práticas informacionais mediadas por IA: compromissos éticos declarados contrastam com implementações frágeis e inconsistentes.

Um dos desafios mais urgentes é a opacidade dos sistemas de IA, cujos processos algorítmicos são frequentemente incompreensíveis não apenas para usuários, mas também para desenvolvedores e gestores. Essa natureza de “caixa-preta” enfraquece um princípio central das práticas informacionais críticas, a capacidade de questionar a origem e a confiabilidade da informação, e reduz a literacia e a autonomia epistêmica dos usuários (Case; Given, 2016; Haider; Sundin, 2022). Attard-Frost, De Los Ríos e Walters (2023) destacam que, embora proliferem diretrizes éticas em IA, poucas indicam como tornar os sistemas realmente transparentes ou capacitar os usuários a contestar resultados algorítmicos. Quando presente, a transparência costuma ser superficial, restrita a declarações genéricas em vez de explicações práticas. Essa falta de clareza fragiliza as práticas informacionais, pois, sem compreenderem a lógica de recomendações, classificações ou ranqueamentos, os usuários tendem tanto a abandonar a avaliação crítica quanto a superconfiar nos sistemas, presumindo objetividade ou infalibilidade.

Nesse cenário, a explicabilidade deve ser entendida não apenas como requisito técnico, mas como prática relacional e comunicativa, que amplia o acesso epistêmico e permite aos usuários compreender, questionar e reconfigurar os resultados informacionais. Case e Given (2016) lembram que a confiança em sistemas de informação se constrói por meio de uso, validação social e engajamento interpretativo; por isso, sistemas de IA devem promover transparência, diálogo e compreensão mútua entre humanos e máquinas. Ao mesmo tempo, sua integração às práticas informacionais gera novas possibilidades e dilemas, evidentes desde contextos criativos, como a pintura com IA (Zhang *et al.*, 2024), até iniciativas corporativas de ética (Attard-Frost; De Los Ríos; Walters, 2023). Esses sistemas atuam como mediadores de significado, credibilidade e acesso, redefinindo as condições sob as quais a informação é buscada e confiada, e expondo tensões entre eficiência e agência, transparência e opacidade. Essa dualidade revela o caráter sociotécnico das práticas informacionais, conforme salientam Case e Given (2016).

Compreender a mediação informacional pela IA exige uma reflexão ética que vá além de princípios genéricos, considerando como os sistemas são projetados, explicados e contestados em contextos reais. Enfrentar assimetrias de poder, promover explicabilidade e fortalecer a agência do usuário são passos essenciais para que a IA atue como mediadora responsável e inclusiva. Como observam Haider e Sundin (2022), alcançar esse equilíbrio requer mais do que soluções técnicas — implica repensar literacia, responsabilidade e participação em sociedades organizadas por algoritmos. Esses desafios preparam o terreno para a próxima seção, que examina justiça, marginalização e inclusão nas práticas informacionais orientadas por dados.

4 ÉTICA, JUSTIÇA E INCLUSÃO EM PRÁTICAS DE INFORMAÇÃO BASEADAS EM DADOS

Preocupações éticas em ambientes orientados por dados costumam começar com discussões sobre viés algorítmico ou proteção de dados. Embora sejam pontos de partida válidos, eles apenas arranham a superfície de questões mais profundas e sistêmicas. Como argumentam Dencik *et al.* (2019), a noção de justiça de dados oferece um arcabouço mais amplo e crítico que reconhece como poder, identidade e desigualdade estão incorporados nas infraestruturas de dados e nas práticas que as cercam. Nessa perspectiva, a ética não é um princípio externo aplicado a posteriori, mas uma dimensão fundamental de como os sistemas de informação são concebidos, construídos e utilizados.

A concepção ampliada de ética e justiça de dados manifesta-se tanto nas práticas corporativas quanto nas informacionais, onde as tecnologias de IA revelam tensões entre eficiência, responsabilidade e equidade. Rahate *et al.* (2025) destacam que, embora a IA possua potencial transformador, sua eficácia depende de decisões informadas por princípios éticos humanos, capazes de mitigar vieses e desigualdades estruturais, um equilíbrio entre julgamento ético e análise automatizada essencial ao uso responsável da tecnologia.

Esses dilemas éticos extrapolam o contexto organizacional e alcançam as práticas cotidianas e acadêmicas. Trindade e Oliveira (2024) alertam que ferramentas como *ChatGPT* e *Perplexity AI*, ao serem aplicadas a demandas acadêmicas, podem gerar referências falsas, reproduzir vieses e favorecer o

plágio, agravados pela opacidade de seus modelos, o que exige responsabilidade compartilhada e competências informacionais críticas (Araújo; Efthymiou; Stefanidis, 2025). De forma complementar, Băbeanu e Mareş (2025) ressaltam que a transição para modelos de negócio baseados em IA requer mecanismos de integridade e segurança de dados, pois a governança ética é um processo contínuo de gestão de riscos, confiança e responsabilidade humana.

As discussões organizacionais refletem debates mais amplos sobre justiça de dados e responsabilidade social, voltados à equidade não apenas de resultados, mas também de processos e representações. Dencik *et al.* (2019) identificam três dimensões centrais: distributiva, que busca acesso equitativo a dados e recursos; processual, voltada à transparência e responsabilização; e de reconhecimento, que enfatiza visibilidade e inclusão de vozes marginalizadas (Pitoura; Stefanidis; Koutrika, 2022). Essas dimensões deslocam o foco de falhas pontuais para padrões sistêmicos de exclusão e controle, questionando não apenas se um sistema funciona, mas para quem e a que custo (Lundberg; Lee, 2017). No âmbito organizacional, Maiti, Kayal e Vujko (2025) observam que a aplicação desses princípios exige estruturas institucionais robustas para garantir transparência e *accountability*. Dilemas como privacidade, explicabilidade e viés variam conforme fatores organizacionais e culturais, reforçando a importância de abordagens éticas contextualizadas e inclusivas na governança de dados.

Essa perspectiva pode ser aprofundada pelas contribuições de Almeida, Mendonça e Filgueiras (2025), ao proporem que os algoritmos sejam compreendidos como instituições. Para os autores, os sistemas algorítmicos não se reduzem a linhas de código, mas constituem arquiteturas sociotécnicas que organizam interações entre humanos e máquinas, moldam contextos de ação, orientam escolhas e participam da distribuição de poder. Nesse sentido, algoritmos incorporam regras, valores e formas de mediação que estruturam comportamentos e produzem efeitos coletivos, exigindo que sua governança seja pensada em termos democráticos. Tal compreensão amplia o debate sobre ética e justiça de dados, pois desloca a análise da dimensão meramente técnica para a dimensão institucional e política da mediação algorítmica.

Essas abordagens dialogam com a compreensão de práticas de informação como socialmente situadas e carregadas de valores (Intezari; Taskin; Pauleen, 2017). Em ecossistemas moldados por IA e dados, a participação significativa das pessoas é frequentemente limitada por assimetrias de poder e acesso. Haider e Sundin (2022) destacam que sistemas de informação refletem visões de mundo e pressupostos normativos específicos, e que uma ética orientada pela justiça deve considerar tais condicionantes. Essa reflexão alcança o campo social e laboral, onde a difusão da IA intensifica dilemas como vigilância, deslocamento de trabalhadores e perda de autonomia. Vevera e Rădoi (2025) defendem que enfrentar esses impactos requer governança proativa e responsabilidade compartilhada, capazes de equilibrar inovação, bem-estar e valores humanos na convivência com tecnologias autônomas.

Tais transformações sociais e laborais, destacadas por Vevera e Rădoi (2025), evidenciam como os próprios sistemas de dados que sustentam a IA se tornam agentes dessas dinâmicas. Sistemas orientados por dados costumam ser apresentados como ferramentas objetivas que prometem eficiência, personalização e inovação. Contudo, sob sua superfície aparentemente neutra, há uma teia complexa de decisões, suposições e relações de poder que podem reforçar, em vez de aliviar, formas existentes de marginalização social. Como destacam Dencik *et al.* (2019), infraestruturas de dados não emergem no vácuo. Elas são moldadas por prioridades institucionais, interesses comerciais e contextos sociopolíticos que frequentemente negligenciam ou representam de maneira inadequada populações vulneráveis (Dencik *et al.*, 2019).

Essas dinâmicas de poder também se estendem a organizações e economias inteiras. Nesse sentido, Maiti, Kayal e Vujko (2025) enfatizam que o desequilíbrio ético não ocorre apenas entre pessoas, mas entre estruturas institucionais e contextos socioeconômicos. Países e empresas com menos recursos enfrentam maiores barreiras de infraestrutura e conhecimento, o que amplia desigualdades tecnológicas e éticas. Por isso, os autores defendem abordagens multifacetadas que combinem transparência, justiça e inclusão, promovendo o uso da IA como ferramenta para o bem coletivo (Bernard; Balog, 2025).

Tais desigualdades estruturais refletem-se também nas práticas cotidianas de coleta e uso de dados. Um problema significativo é a exclusão por invisibilidade. Grupos marginalizados podem estar ausentes dos conjuntos de dados ou sub-representados de formas que tornam invisíveis suas necessidades para sistemas de tomada de decisão algorítmica. Essa ausência de dados não é apenas um descuido técnico, é manifestação de padrões mais amplos de negligência e desposseção. Por outro lado, a coleta excessiva de dados, especialmente em práticas de vigilância que incidem sobre comunidades racializadas ou de baixa renda, também pode causar dano ao tratar pessoas como objetos de controle em vez de participantes ativos dos sistemas de informação.

Haider e Sundin (2022) argumentam que tais sistemas frequentemente operam com suposições incorporadas sobre usuários, comportamento e valor, refletindo perspectivas dominantes de quem os projeta e implementa. Essas suposições influenciam como os dados são coletados, categorizados e acionados, moldando em última instância as narrativas e realidades construídas pelas práticas informacionais. Nesse sentido, sistemas algorítmicos não apenas refletem o mundo, eles o constroem, privilegiando certas vozes e silenciando outras.

No contexto brasileiro, Dong et al. (2026) evidenciam de forma empírica esses riscos ao analisarem discursos sobre mudanças climáticas no *YouTube*. O estudo mostra que características psicológicas e estratégias persuasivas presentes nos conteúdos influenciam o engajamento dos usuários e podem ser exploradas por modelos generativos para produzir comentários sintéticos voltados à manipulação da opinião pública. Essa possibilidade é especialmente preocupante em temas socialmente sensíveis, como o negacionismo climático, pois narrativas automatizadas e persuasivas podem criar percepções artificiais de consenso, ampliar a circulação de desinformação e dificultar a avaliação crítica da informação. Assim, a mediação algorítmica não apenas organiza o acesso ao conteúdo, mas também pode interferir na formação de crenças, afetos e decisões coletivas.

Embora a produção acadêmica crítica tenha destacado injustiças incorporadas em sistemas de dados, a questão de como enfrentá-las exige repensar papéis institucionais e governança ética. Mujtaba (2025) enfatiza que

a presença crescente da IA em decisões públicas e privadas amplia a necessidade de protocolos robustos de governança capazes de assegurar comportamento ético, responsabilização e supervisão inclusiva. Em contraste com o compromisso superficial frequentemente observado em declarações corporativas de ética, uma governança eficaz deve operar em múltiplos níveis, jurídico, organizacional e cultural, e estar integrada às práticas cotidianas de desenvolvimento e implantação de dados.

Essa perspectiva é aprofundada por Norton (2025), que propõe uma distinção entre os níveis societal e organizacional da governança, ambos indispensáveis para a construção de ecossistemas informacionais responsáveis. No nível corporativo, a ética deve ser tratada como responsabilidade compartilhada entre desenvolvedores, gestores de risco e alta direção. O autor sugere instrumentos como auditorias de IA, métricas de risco e instâncias de supervisão independente, capazes de promover auditabilidade e garantir que a inovação tecnológica caminhe junto com a responsabilidade social.

Um dos argumentos centrais é que a responsabilidade ética não pode ser terceirizada apenas para equipes técnicas, ela precisa ser compartilhada por lideranças, formuladores de políticas e comunidades usuárias (Mujtaba, 2025). Essa visão alinha-se à crítica de Attard-Frost, De Los Ríos e Walters (2023), que identifica a falta de exequibilidade e especificidade na maioria das diretrizes de ética em IA. Sem estruturas institucionais para operacionalizar compromissos éticos, como comitês de revisão ética, mecanismos de *design* participativo ou normas regulatórias, princípios como justiça e transparência correm o risco de se tornarem gestos simbólicos em vez de intervenções significativas.

Norton (2025) também argumenta que, diante das pressões competitivas do mercado, as empresas enfrentam o dilema entre lucratividade e responsabilidade. O autor propõe que práticas internas de mitigação de risco ético podem ser transformadas em diferencial competitivo, integrando segurança, transparência e governança à própria estratégia de negócios. Essa visão posiciona a ética não apenas como obrigação normativa, mas como ativo estratégico e fonte de valor organizacional.

A responsabilidade ética na IA exige participação multissetorial e o reconhecimento de diferentes perspectivas sobre o que conta como ético. A

justiça de dados pressupõe a inclusão de vozes historicamente excluídas das decisões sobre dados, transformando instituições de guardiãs em facilitadoras de diálogos inclusivos (Dencik *et al.*, 2019). Governança, portanto, vai além da regulação, trata-se de cultivar ambientes institucionais que valorizem a deliberação ética, o dissenso construtivo e a responsabilidade compartilhada. Em um cenário digital em rápida transformação, construir tais ambientes é essencial para proteger valores democráticos e assegurar que os sistemas de informação sirvam ao interesse coletivo.

Maiti, Kayal e Vujko (2025) convergem nessa perspectiva ao destacar que o enfrentamento dos dilemas éticos na IA requer compreensão holística de fatores humanos, organizacionais e culturais. Segundo os autores, essa abordagem integrada é a base para o desenvolvimento de diretrizes e estruturas eficazes de governança ética, voltadas para a mitigação de riscos e promoção de práticas mais justas e inclusivas.

Enfrentar dilemas éticos em ambientes orientados por dados requer mais que identificar danos, implica transformar a forma como os sistemas de informação são concebidos e governados. Práticas informacionais inclusivas devem reconhecer que dados não são neutros, mas expressam valores e pontos cegos de quem os coleta e interpreta (Dencik *et al.*, 2019). Avançar em justiça de dados significa construir sistemas transparentes, participativos e responsivos às comunidades marginalizadas. Para isso, instituições e *designers* precisam adotar reflexividade ética, integrando governança em todos os níveis e mecanismos de deliberação e transparência (Mujtaba, 2025). Essa perspectiva reforça a importância de uma literacia informacional crítica, que vá além das habilidades técnicas e promova consciência sobre como sistemas digitais moldam o conhecimento e as relações sociais (Haider; Sundin, 2022). Fomentar essa consciência em setores como educação, governo e indústria é fundamental para criar ecossistemas informacionais mais justos e responsáveis.

Práticas informacionais inclusivas vão além de corrigir vieses, implicam redefinir o papel dos dados e da IA na sociedade, reconhecendo que qualidade, mediação e ética são dimensões interligadas das práticas informacionais. A qualidade dos dados reflete valores e critérios de confiança; a mediação determina como esses dados ganham sentido em contextos sociotécnicos. Assim, discutir ética e justiça de dados é também refletir sobre as

condições organizacionais e humanas que moldam essas mediações. Em um cenário cada vez mais automatizado, incorporar tais princípios é essencial para promover transparência, integridade e inclusão na Ciência da Informação.

5 REFLEXÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Este ensaio teórico buscou compreender como a qualidade dos dados, a mediação informacional e as dimensões éticas e organizacionais se entrelaçam nas práticas contemporâneas de informação mediadas pela IA. Ao longo da discussão, tornou-se evidente que essas dimensões não operam isoladamente, mas formam um sistema interdependente que molda o modo como a informação é produzida, interpretada e legitimada em diferentes contextos da Ciência da Informação.

As práticas de informação, longe de serem rotinas neutras de busca e compartilhamento, revelam-se processos profundamente situados, atravessados por dinâmicas de poder, infraestruturas tecnológicas e valores culturais. O que parece técnico ou operacional envolve, em essência, decisões e disputas simbólicas sobre o que é considerado conhecimento válido. Essa constatação convida a uma mudança de foco: de perguntar o que as pessoas fazem com a informação para compreender como e por que determinados fluxos informacionais ganham legitimidade em contextos específicos.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que julgamento, interpretação e confiança são dimensões centrais da experiência informacional. Seja em decisões cotidianas, interações com conteúdos gerados por IA ou navegação em sistemas de dados, os sujeitos agem dentro de limites institucionais e tecnológicos que moldam suas possibilidades de ação. A informação, assim, não é apenas recuperada, mas construída, avaliada e situada, o que amplia a noção de literacia para além de competências técnicas, em direção a uma consciência crítica e ética da agência informacional.

As infraestruturas que sustentam essas práticas, como bancos de dados, algoritmos e plataformas, não são mediadores neutros. Elas determinam o que é visível ou invisível, confiável ou descartável, desafiando ideais de objetividade e exigindo um olhar crítico sobre as políticas de *design*, classificação e acesso. A qualidade dos dados, portanto, não deve ser tratada apenas como requisito

técnico, mas como componente estratégico e ético das práticas informacionais e da sustentabilidade organizacional. A forma como os dados são coletados, validados e utilizados expressa prioridades institucionais e revela o grau de compromisso com a responsabilidade social e a transparência.

Refletir sobre a IA nesse contexto é reconhecer seu papel como mediadora não só da informação, mas também das práticas de gestão e de tomada de decisão. Sistemas inteligentes participam ativamente das decisões organizacionais, reconfigurando fluxos de trabalho, responsabilidades e formas de controle. Essa mediação amplia o alcance da IA e impõe o desafio de desenvolver estruturas de governança capazes de conciliar eficiência, ética e inclusão. Não há ética possível sem gestão responsável dos dados, nem gestão sustentável sem compromisso com seus impactos sociais.

A partir desses achados, são identificadas as principais contribuições desta investigação, a partir de cinco eixos centrais, os quais sintetizam o argumento de que as práticas informacionais são atravessadas por disputas simbólicas e estruturais: (1) a qualidade dos dados, entendida como dimensão ética e estratégica que sustenta a confiabilidade e a legitimidade das práticas informacionais, exigindo governança e cultura organizacional responsável; (2) a mediação algorítmica da IA, que redefine o acesso, a filtragem e a interpretação da informação, deslocando a autoridade cognitiva e exigindo novas formas de literacia crítica; (3) a ética e a justiça de dados, que revelam o risco de amplificação de desigualdades quando a tecnologia é desvinculada de princípios de inclusão e equidade; (4) as organizações informacionais como arenas onde eficiência, transparência e responsabilidade precisam ser equilibradas por lideranças éticas; e (5) a prática informacional crítica como competência essencial na sociedade digital, integrando discernimento, interpretação e consciência sobre como a informação é produzida e aplicada.

Esses eixos apontam para caminhos de investigação e ação em múltiplos níveis. No plano acadêmico, por exemplo, é necessário consolidar agendas interdisciplinares que articulem qualidade de dados, mediação algorítmica e justiça informacional, fortalecendo uma abordagem ética e crítica da Ciência da Informação. Já no plano organizacional, a governança ética dos dados deve ser reconhecida como condição para sustentabilidade e confiança, por meio de políticas de qualidade, auditoria de algoritmos e formação contínua

em literacia informacional. E no plano social, promover justiça de dados significa assegurar representatividade e inclusão nas infraestruturas informacionais, reconfigurando os processos de coleta, interpretação e uso dos dados.

Conclui-se, assim, que a relação entre IA e práticas informacionais constitui um campo de interdependência ética e epistemológica. A IA não substitui o discernimento humano, mas o desloca, convidando-nos a repensar responsabilidade e confiança em sociedades mediadas por algoritmos. Compreender a informação como prática viva e situada é fundamental para a construção de ecossistemas digitais que conciliem inovação, transparência e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Virgílio; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FILGUEIRAS, Fernando. Thinking of algorithms as institutions. **Communications of the ACM**, v. 68, n. 1, p. 20-23, 2025. DOI <https://doi.org/10.1145/3680411>.

ARAÚJO, Tiago Brasileiro; EFTHYMIOU, Vasilis; CHRISTOPHIDES, Vassilis; PITOURA, Evaggelia; STEFANIDIS, Kostas. TREATS: fairness-aware entity resolution over streaming data. **Information Systems**, v. 129, p. 102506, mar. 2025. DOI <https://doi.org/10.1016/j.is.2024.102506>.

ARAÚJO, Tiago Brasileiro; EFTHYMIOU, Vasilis; STEFANIDIS, Kostas. Fairness and explanations in entity resolution: An Overview. **IEEE Access**, v. 13, pp. 145127-145143, 2025, DOI 10.1109/ACCESS.2025.3599990.

ATTARD-FROST, Blair; DE LOS RÍOS, Andrés; WALTERS, Deneille R. The ethics of AI business practices: a review of 47 AI ethics guidelines. **AI and Ethics**, v. 3, n. 2, p. 389-406, 2023. DOI <https://doi.org/10.1007/s43681-022-00156-6>.

BĂBEANU, Delia; MAREȘ, Valerica. Perspectives on integrating Artificial Intelligence into business reorganization. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON BUSINESS EXCELLENCE, 19., 2025, [S. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.]: Paradigm, 2025. DOI <https://doi.org/10.2478/picbe-2025-0190>.

BERNARD, Nolwenn; BALOG, Krisztian. A systematic review of fairness, accountability, transparency and ethics in information retrieval. **ACM Computing Surveys**, v. 57, n. 6, p. 1-29, 2025. DOI <https://doi.org/10.1145/3637211>.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 68-81, out./dez. 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2936>.

CASE, Donald Owen; GIVEN, Lisa Mary. **Looking for information**: a survey of research on information seeking, needs, and behavior. 4. ed. Bingley: Emerald Group Publishing, 2016.

CHRISTEN, Peter. **Data Matching**: concepts and techniques for record linkage, entity resolution, and duplicate detection. Berlin: Springer, 2012.

DENCIK, Lina; HINTZ, Arne; REDDEN, Joanna; TRERÉ, Emiliano. Exploring data justice: conceptions, applications and directions. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 7, p. 873–881, 2019. DOI <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1606268>.

DONG, Wenchao; LOCATELLI, Marcelo Sartori; ALMEIDA, Virgilio; CHA, Meeyoung. Characterizing AI manipulation risks in Brazilian YouTube climate discourse. **AAAI Conference on Artificial Intelligence**, 26., 2026, [S. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.]: AAAI, 2026. DOI <https://doi.org/10.1609/aaai.v40i45.41180>.

HAIDER, Jutta; SUNDIN, Olof. **Paradoxes of media and information literacy**: the crisis of information. New York: Routledge, 2022.

INTEZARI, Ali; TASKIN, Nazim; PAULEEN, David J. Looking beyond knowledge sharing: an integrative approach to knowledge management culture. **Journal of Knowledge Management**, v. 21, n. 2, p. 492–515, 2017. DOI <https://doi.org/10.1108/JKM-06-2016-0216>.

JAIN, Abhinav; PATEL, Himca; NAGALAPATTI, Lokesh; GUPTA, Nitin; MEHTA, Sameep; GUTTULA, Shanmukha; MUJUMDAR, Shashank; AFZAL, Shazia; SHARMA MITTAL, Ruhi; MUNIGALA, Vitobha. Overview and Importance of Data Quality for Machine Learning Tasks. **ACM SIGKDD International Conference on Knowledge Discovery & Data Mining**, 26., 2020, [S. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.]: ACM DL, 2020. DOI <https://doi.org/10.1145/3394486.34064>.

KHONG, Isaac; YUSUF, Natasya Aprila; NURIMAN, Arbi; YADILA, Ahmad Bayu. Exploring the impact of Data Quality on Decision-Making Processes in information intensive organizations. **APTISI Transactions on Management (ATM)**, v. 7, n. 3, p. 253-260, 2023. DOI <https://doi.org/10.33050/atm.v7i3.2138>.

LUNDBERG, Scott; LEE, Su-In. A unified approach to interpreting model predictions. *In*: CONFERENCE ON NEURAL INFORMATION PROCESSING SYSTEMS, 31., 2017, Long Beach. **Proceedings** [...]. Long Beach: NIPS, 2017. DOI <https://doi.org/10.48550/arXiv.1705.07874>.

MAITI, Moinak; KAYAL, Parthajit; VUJKO, Aleksandra. A study on ethical implications of artificial intelligence adoption in business: challenges and best practices. **Future Business Journal**, [S. l.], v. 11, n. 34, 2025. DOI <https://doi.org/10.1186/s43093-025-00462-5>.

MCGILVRAY, Danette. **Executing data quality projects**: ten steps to quality data and trusted information. 2. ed. Cambridge; San Diego: Academic Press : Elsevier, 2021.

MUJTABA, Bahaudin G. Human-AI intersection: understanding the ethical challenges, opportunities, and governance protocols for a changing data-driven digital world. **Business Ethics and Leadership**, v. 9, n. 1, p. 109-126, 2025. DOI [https://doi.org/10.61093/bel.9\(1\).109-126.2025](https://doi.org/10.61093/bel.9(1).109-126.2025).

NORTON, Larry W. Artificial intelligence and organizational strategy: ethical and governance implications. **Consulting Psychology Journal**, Washington, v. 77, n. 2, p. 131-141, 2025. DOI <https://doi.org/10.1037/cpb0000280>.

PAULEEN, David Jonathon; GORMAN, Gary Edward. **Personal knowledge management**: individual, organizational and social perspectives. Farnham: Gower Publishing Limited, 2011. 269 p.

PITOURA, Evaggelia; STEFANIDIS, Kostas; KOUTRIKA, Georgia. Fairness in rankings and recommendations: an overview. **The VLDB Journal**, v. 31, n. 3, p. 431-458, 2022. DOI <https://doi.org/10.1007/s00778-021-00697-y>.

RAHATE, Vaishali; BAND, Gayathri; NAIDU, Kanchan; KALUVALA, Vijaykumar; VERMA, Smriti; MALIK, Maajid Mohi Ud Din. The impact of Artificial Intelligence on strategic decision-making in corporations. **Metallurgical and Materials Engineering**, v. 31, n. 1, p. 811-816, 2025. DOI <https://doi.org/10.63278/1345>.

SOLEIMANI, Melika; ARROWSMITH, James; INTEZARI, Ali; PAULEEN, David J. Mitigating bias in AI-powered HRM. In: BONDAROUK, Tanya; Meijerink, Jeroen (ed.). **Research Handbook on Human Resource Management and Disruptive Technologies**. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2024. DOI <https://doi.org/10.4337/9781802209242.00012>.

TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Inteligência artificial (IA) generativa e competência em informação: Habilidades informacionais necessárias ao uso de ferramentas de ia generativa em demandas informacionais de natureza acadêmica-científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, p. e-47485, 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/1981-5344/47485>.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: Big Data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, v. 12, n. 2, p. 197-208, 2014. DOI <https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776>.

VEVERA, Adrian Victor; RĂDOI, Mireille. AI for Business Transformation – A Comparative Approach: The Romanian Case. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON BUSINESS EXCELLENCE, 19., 2025, [S. l.]. **Proceedings [...]**. [S. l.]: Sciendo, 2025. p. 4803-4824. DOI <https://doi.org/10.2478/picbe-2025-0366>.

WANG, Richard Y.; ZIAD, Mostapha; LEE, Yang W. **Data quality**. Boston: Springer US, 2002.

YANG, J. Application of Business Information Management in Cross-border Real Estate Project Management. **International Journal of Social Sciences and Public**

Administration, v. 3, n. 2, p. 204-213, 2024. DOI <https://doi.org/10.62051/ijsspa.v3n2.24>.

ZHANG, Xiaoyu; ZHU, Sicheng; ZHAO, Yuxiang Chris; JIA, Mingxia; ZHU, Qinghua. Engaging with AI painting: exploring motivations and challenges in laypeople's creative information practices. **Information Research an international electronic journal**, v. 29, n. 2, p. 680–700, 2024. DOI <https://doi.org/10.47989/ir292856>.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflitos de interesses.

CONTRIBUIÇÕES DAS AUTORIAS

Informa-se nesta seção as funções de cada autoria, de acordo com a [taxonomia CRediT](#), conforme orientado na página da revista PCI:

Função	Definição
Conceituação	Tiago Brasileiro Araújo.
Curadoria de dados	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.
Análise Formal	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.
Obtenção de financiamento	—
Investigação	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.
Metodologia	Tiago Brasileiro Araújo.
Administração do projeto	Tiago Brasileiro Araújo.
Recursos	—
Software	—
Supervisão	Tiago Brasileiro Araújo.
Validação	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.
Visualização [de dados (infográfico, fluxograma, tabela, gráfico)]	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.
Escrita – primeira redação	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.
Escrita – revisão e edição	Tiago Brasileiro Araújo; Gabriela Silva Pires.